

**Inserção regional e a centralidade do pequeno município:
o caso de Piraúba-MG**

Angélica Silva Arruda Vidal

Mestre, UFV, Brasil
Angélicasavidal@gmail.com

Ítalo Itamar Caixeiro Stephan

Professor Doutor, UFV, Brasil
italostephan@gmail.com

RESUMO

É corriqueiro que as cidades sejam classificadas a partir de seu tamanho. Qualifica-las enquanto pequenas, médias ou grandes é uma prática social que diz respeito à relação do sujeito com o espaço. Para definir não só o tamanho, mas as dinâmicas que engendram a pequena cidade, é necessário analisar sua inserção regional e as modificações que ocorrem no espaço urbano a partir disso, bem como as consequências dos processos de refuncionalização no bojo da urbanização, avaliando o que se mantém e o que é alterado no urbano característico dos pequenos municípios. Para realizar essa análise, utilizou-se como campo de estudos o município de Piraúba, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. Trata-se de um centro local, de acordo com o REGIC (2020). Está inserida nas divisões: Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, na Região Geográfica Imediata de Ubá e faz parte do Arranjo Produtivo Local, voltado para a produção moveleira. Este trabalho tem como objetivo principal refletir sobre o impacto da região no desempenho econômico e no desenvolvimento urbano da pequena cidade. O estudo comprova os debates sobre como o papel das cidades, quando organizadas em rede, reverbera em sua dimensão socioeconômica, em vista de como Piraúba é tanto uma pequena cidade polarizada por centros maiores, mas que também faz parte de processos produtivos que lhe concede uma força de polarização em relação a outras pequenas cidades de seu entorno.

PALAVRAS-CHAVE: Pequena cidade, inserção regional, dinâmica econômica.

INTRODUÇÃO

É corriqueiro que as cidades sejam compreendidas a partir de seu tamanho, qualificá-las enquanto pequenas, médias ou grandes é uma prática social que diz respeito a relação do sujeito com o espaço. Essa percepção do espaço é atravessada pelas diversas dinâmicas estabelecidas em seu território e há um esforço científico em compreendê-las e a partir delas traçar diretrizes classificatórias.

A pesquisa em relação às pequenas cidades trata das possibilidades de classificação, compreendendo que, com a diversidade de municípios que compõem nosso país, conceituar uma cidade excede os adjetivos pequeno, médio e grande e condiciona a debates mais complexos.

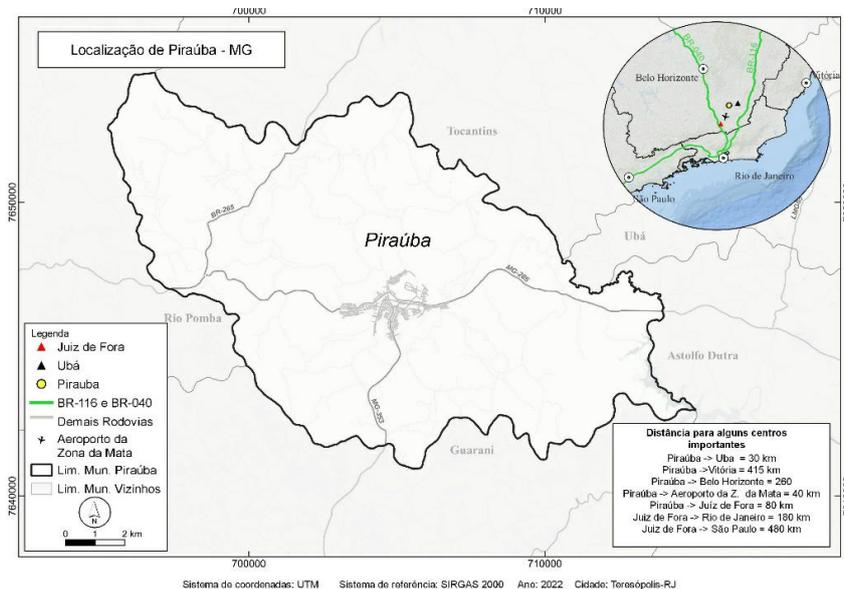
Não se pode negar que os dados quantitativos, como o tamanho populacional e territorial, são quesitos relevantes para a sua caracterização, principalmente pelo fato de que a dinâmica demográfica é reflexo de outros aspectos que a engendra. Moreira Júnior (2014), aponta que junto à esta característica predominante, deve-se analisar “a localização geográfica; os papéis desempenhados na rede urbana; suas relações com outras cidades e com o campo; e a estrutura territorial da cidade” (p.44-45).

Tendo isso em vista é necessário que, para definir não só o tamanho, mas as dinâmicas que ocorrem numa pequena cidade, é necessário que seja analisada sua inserção regional e as modificações do espaço urbano a partir disso, bem como o que se mantém enquanto característico da pequena cidade e o que é alterado em detrimento de uma refuncionalização produtiva consequente da urbanização desses pequenos municípios.

Para realizar essa análise utilizou-se como campo de estudos o município de Piraúba, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. A cidade apresenta uma população de cerca de 8.800 pessoas e o município conta com 10.862 habitantes, e é caracterizado enquanto centro local, de acordo com o REGIC (2020). Na divisão estabelecida pelo IBGE (2017), a cidade está inserida: na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, na Região Geográfica Imediata de

Ubá e faz parte do Arranjo Produtivo Local de Ubá, voltado para a produção moveleira (figura 1).

Figura 1: Localização do município e da malha urbana de Piraúba-MG



Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes (2022).

Piraúba se desenvolveu a partir de uma economia agrícola, uma tendência da ocupação na Zona da Mata mineira, terra de fazendas as quais se dedicavam ao cultivo de policulturas. Porém, a falta de rentabilidade na agricultura, desde a década de 1960, e a falha em investimento nos pequenos produtores – exemplificada pelos resultados gerais do PRODEMATA¹ acabou por reduzir as áreas de cultivo, que se tornaram desde pastagens até parte do perímetro urbano.

O caráter rural do município foi alterado entre 1980 e 1990. Essa perda de dinamismo do setor primário, vivenciada em Piraúba, é característica de pequenas cidades que, muitas vezes, o processo de urbanização refuncionaliza a produção dessas localidades. Piraúba passou por esse movimento, primeiramente com proeminência no setor terciário, no varejo de roupas de enxoval e, posteriormente, com a instalação de indústrias na cidade, que se deu tanto a partir de investimentos na região para alavancar o setor, quanto na criação e planejamento do APL moveleiro de Ubá, a partir dos anos 1990.

A evolução de setores propriamente urbanos, a especialização funcional, junto à decaída do setor agrícola e a evasão do campo alterou a partir dos anos de 1990 a distribuição da população do município, que provocou êxodo rural seja para o distrito sede ou para outras cidades.

¹ Vigente entre os anos de 1976 e 1985, “o PRODEMATA, dentre os programas especiais para o desenvolvimento da agricultura mineira, constituiu-se no primeiro programa integrado, proposto em nível de um estado e a ter financiamento externo, pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento-BIRD. O programa tinha como objetivo recuperar e revitalizar a economia agrícola da Região, que se encontrava em processo de decadência e esvaziamento econômico, sobretudo a partir da política de erradicação dos cafezais, e ainda, por prevalecer a grande concentração de pequenos produtores” (BDMG, 2000, p.26-27).

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo principal refletir sobre o impacto da região no desempenho econômico e desenvolvimento urbano da pequena cidade. Para isso, identifica-se o campo de estudos, Piraúba, como pequena cidade, aborda-se a região a partir da dinâmica econômica e suas alterações e analisa-se algumas diretrizes políticas nas esferas municipal, estadual e federal.

Para realizar tal estudo foram necessários: revisão bibliográfica relacionada à conceituação de pequenas cidades; levantamento de dados secundários sobre a região da Zona da Mata e as suas subdivisões de interesse no estudo; e pesquisa de campo para levantamento de dados primários e secundários do município de Piraúba.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de Piraúba é considerada pelos seus moradores como uma pequena cidade, lenta e pouco desenvolvida. Porém, quando comparada por eles com a vizinha Guarani, consideram que o comércio e a indústria conferem a cidade uma economia mais desenvolvida e a possibilidade de crescimento. Os estudos realizados no município corroboram com a visão de seus moradores pois, apesar de apresentar características de uma pequena cidade - como sua vizinha Guarani - existe uma dinâmica econômica que complexifica sua classificação.

Para classificar a cidade de Piraúba, a primeira variável considerada foi o contingente populacional, em vista de que essa é a característica que é mais levada em conta ao hierarquizar as cidades. Corrêa (2011) estabelece que uma pequena cidade apresenta população entre 20-30 mil, Bacelar (2012) usa o limite de 10 mil e, se levarmos em conta a caracterização dos Centros Locais², a média populacional pelo REGIC é de 12,5 mil habitantes. A população do município de Piraúba no último censo – 2010 – foi de 10.862 habitantes e 8.814 da zona urbana.

Outra variável, é a presença e a relação da ruralidade no espaço urbano. Wanderley (2001), ao analisar as pequenas cidades pernambucanas, trata de questões diretamente relacionadas ao mundo rural como: as relações de convivência entre os moradores; a forma como a urbanização se dá lentamente; a manutenção de hábitos todos como culturais do mundo rural; e a relação com o espaço habitado e a paisagem.

Rodrigues (2014) ao propor uma nova metodologia de classificação dos centros urbanos, ampara sua pesquisa no quanto o mundo rural está presente na constituição contemporânea da cidade, levando em consideração a estrutura demográfica, econômica e a dinâmica territorial. Podemos relacionar tal metodologia com o fato da divisão campo/cidade e que quanto mais funções urbanas são executadas numa sede municipal mais a cidade tende a ser urbanizada.

No caso de Piraúba, apesar de realizar funções propriamente urbanas, dos setores secundário e terciário serem as principais fontes do PIB municipal e a população ser

² Classificação adotada pelo REGIC-IBGE na hierarquização dos centros que diz respeito à: “Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial”. (IBGE, 2020, p.13).

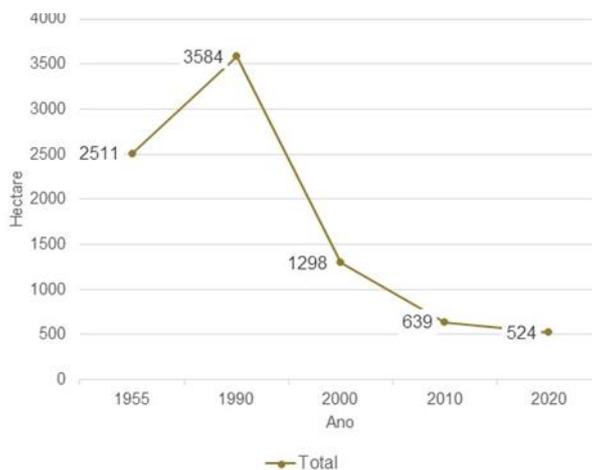
majoritariamente urbana, os aspectos de ruralidade trazidos por Wanderley (2001) são característicos de seu território, configurando a cidade como “não tão urbana”.

Assim como muitas cidades da Mata mineira, as primeiras ocupações no que hoje compreende o espaço urbano de Piraúba se deram a partir da instalação de uma fazenda inserida em uma sesmaria, a doação das terras que hoje compreendem o município data do ano de 1810. O arraial se formou nas terras da Fazenda Bom Jardim no ano de 1851 (CONDÉ, 1995). Apenas em 1889 – 79 anos depois da doação de sesmaria – os primeiros logradouros foram abertos e só em 1953 o distrito se emancipou da cidade de Rio Pomba e formou seus primeiros bairros. Seu histórico evidencia o lento processo de urbanização, que se relaciona com o fato de o território ter se fundado em bases produtivas rurais, da urbanização/industrialização tardia.

A partir da década de 1990 que somos capazes de observar a alteração econômica e social do município, influenciado pela dinâmica regional. A produção agrícola, já decaída, acabou ainda mais enfraquecida após o fim do projeto PRODEMATA que, segundo Soares (2019), não correspondeu com a realidade local e acabou por não beneficiar os pequenos produtores, maioria na região.

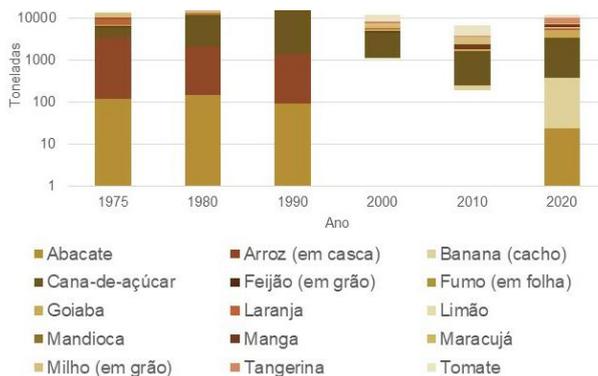
Em Piraúba, no mesmo período, as áreas de cultivo foram drasticamente reduzidas e, mesmo após os anos 2000 quando houve um aumento na diversidade na produção agrícola, o decréscimo na produção é nítido, e pode ser ilustrado pelas figuras a seguir (figuras 2 e 3).

Figura 2: Total de área plantada ou destinada à colheita (1955-2020)



Fonte: SIDRA, IBGE. Elaborada pela autora

Figura 3: Produção de origem vegetal (em toneladas)



Fonte: SIDRA, IBGE. Elaborada pela autora.

Além disso, os anos 1990 são um divisor de águas para a Zona da Mata tendo em vista que muitas empresas foram implantadas na região, fomentando, principalmente, os seguimentos alimentício e têxtil. Especificamente na região imediata de Ubá o setor secundário despontou, a partir de 1980, parte da região foi estabelecida como Arranjo Produtivo Local voltada à produção moveleira³. Das 17 cidades que integram a Região Imediata de Ubá, 8 fazem parte do APL, sendo uma delas, Piraúba (Figura 4).

Figura 4: Municípios integrantes do APL-Ubá



Fonte: “UNIR PARA CRESCER: INSTITUIÇÕES, ESPAÇO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PÓLO MOVELEIRO DE UBÁ, MINAS GERAIS”. Elaboração: Antônio Oliveira Júnior, 2011, adaptado da FJP.

O APL foi estabelecido a partir da década de 1990, com a primeira Feira de Móveis de Minas Gerais (FEMUR) em 1994; com a instalação do Balcão Sebrae em 1995 e com a criação da Agência de Desenvolvimento de Ubá e Região (ADUBAR). Em 2004, iniciou-se o Fórum de

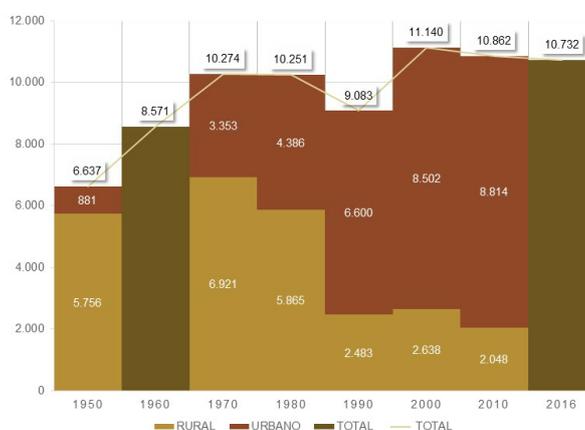
³ Diz respeito aos aglomerados de atividades econômicas, neste caso industrial, que estabelecem “relações em rede entre empresas e outras instituições”, por consequência de uma concentração de produções afins – como é o caso do setor moveleiro – na busca pela mobilização conjunta em prol de capacitação, soluções, atendimento de demandas e desenvolvimento do setor destaque (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011, p.02; ALBINO et. al., 2008).

Desenvolvimento do Polo Moveleiro de Ubá, gestor do arranjo produtivo, e junto a ele o planejamento do arranjo produtivo (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Todas essas alterações na economia regional impactaram a cidade de forma que pode-se observar um processo de especialização produtiva voltada para a indústria em meados das décadas de 1990. Isso pode ser constatado na bibliografia histórica da cidade e contraposta a dados econômicos, que destaca a importância do setor terciário – varejo de roupas de enxoval – e, com a implantação de indústrias na cidade, reforçada pelo planejamento do APL moveleiro de Ubá, a evolução do setor secundário.

Essa alteração de funções também gerou consequências na estrutura demográfica do município. Observa-se a redução da população rural em detrimento da redução do contingente populacional total e do aumento de habitantes da zona urbana (figura 5).

Figura 5: Estrutura demográfica entre 1950 e 2016



Fonte: SIDRA e MUNIC, IBGE. Elaborada pela autora.

Corrêa (2011), ao tratar dessas alterações nas pequenas cidades brasileiras – refuncionalização produtiva e reestruturação do comércio – as condiciona à política descentralizadora, da divisão espacial do trabalho, e da nova dinâmica de fluxos tanto de mercadoria como de pessoas. O autor aponta que a partir disso as pequenas cidades passam a se diferenciar por sua dinâmica econômica, em contraposição à pouca diferenciação que se fazia das mesmas anteriormente.

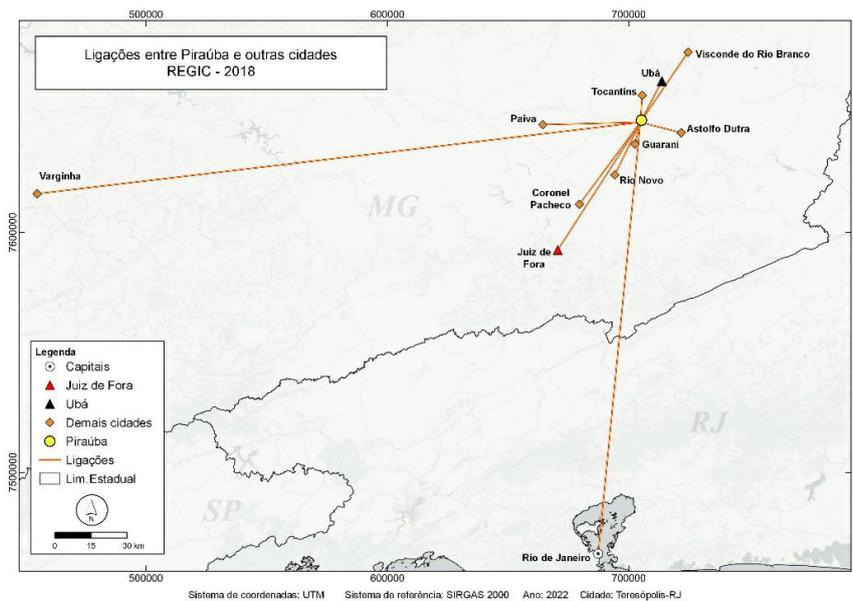
Essa especialização ou refuncionalização produtiva diferencia, inclusive, as pequenas cidades quando inseridas na rede urbana e os tipos de fluxos estabelecidos entre elas e outros centros. Enquanto Corrêa em 2011 apontou que as pequenas cidades são caracterizadas como “centros locais”, um ano antes Fresca (2010) apontava o risco de generalizá-las como tal, já que, segundo a autora, algumas cidades apresentam uma

“complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isso não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas. E aqui reside razão para o uso da expressão pequena cidade para aquelas cidades que não são centros locais” (FRESCA, 2010, p. 77).

O que a autora questiona sobre essa classificação se relaciona com o que Sposito (2010) aborda sobre a organização dos fluxos na rede urbana. Segundo a autora, é possível observar conexões de forma vertical – de centros pequenos para centros médios e desses para centros grandes –, horizontal entre centros de mesma dinâmica e transversal, como por exemplo, pequenas cidades do interior de São Paulo se ligam à capital. Essas ligações são consequência da divisão espacial do trabalho, que insere as pequenas cidades num circuito de produção de capital ligando-as com cidades de diversos portes e regiões.

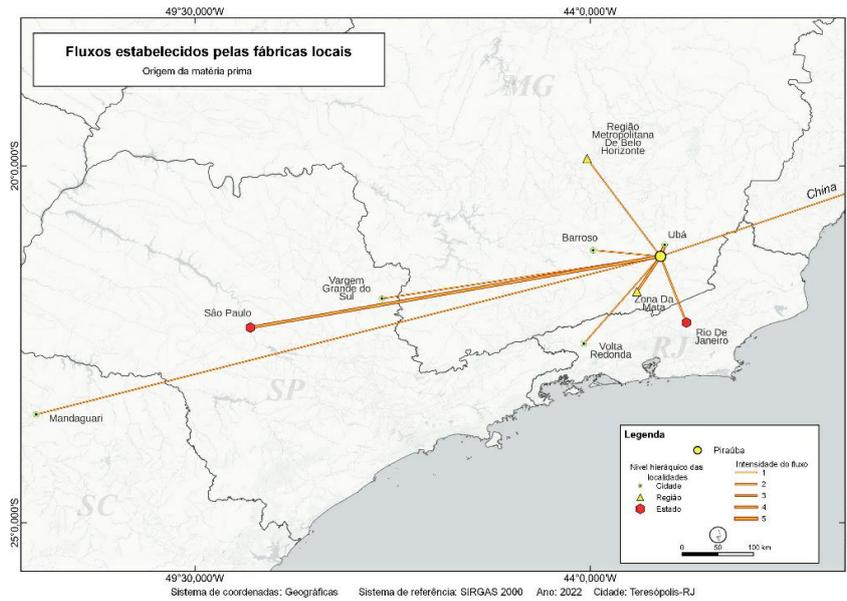
No estudo de caso em questão, Piraúba, segundo o REGIC (2018), é considerado como “centro local”. Porém, a centralidade estabelece fluxos e exerce funções urbanas que acabam por polarizar pequenos municípios vizinhos. Em termos de produção enquanto polo moveleiro, a cidade é especializada em estofados e, também, apresenta outras ramificações no setor industrial, como a produção de galvanizados e têxtil. Em consulta com algumas das empresas locais, foi possível identificar os fluxos, e consequentemente as redes, entre o município e outros centros. Quando comparado com o definido pelo REGIC, observa-se uma dinâmica de ligações muito mais rica (figuras 6, 7 e 8).

Figura 6 - Ligações entre Piraúba e outras cidades (REGIC, 2018)



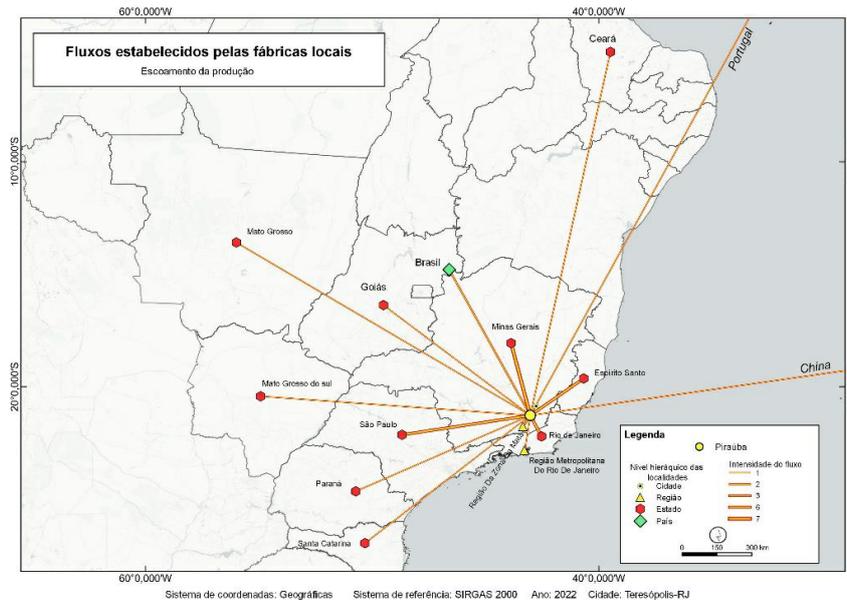
Fonte: REGIC (2018), IBGE. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes.

Figura 7 - Fluxo de matéria prima adquirida por indústrias locais



Fonte: Coleta de dados com indústrias locais. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes.

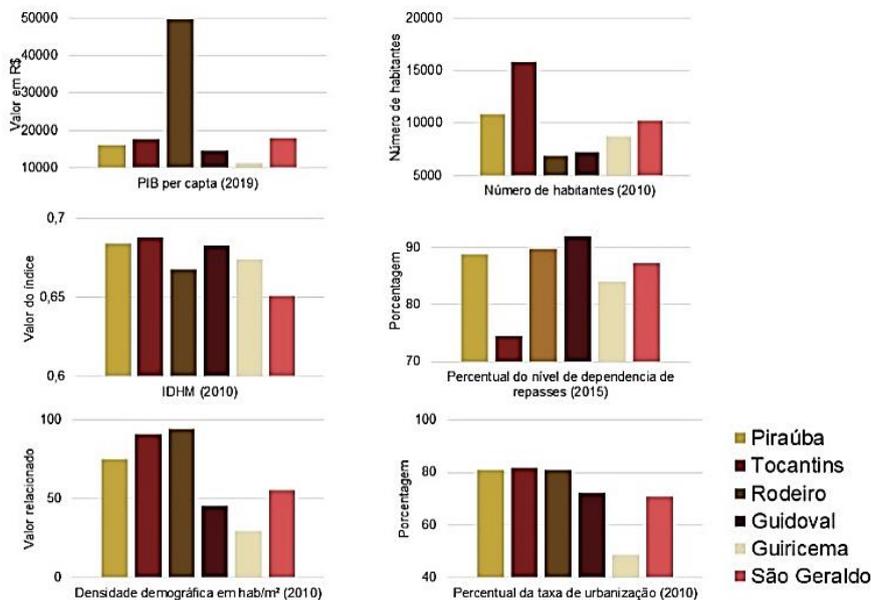
Figura 6 - escoamento da produção das indústrias locais



Fonte: Coleta de dados com indústrias locais. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes.

Portanto, quando consideramos as complexidades econômicas e os impactos da dinâmica regional, inclusive na forma como a relação urbano/rural irá se desdobrar a partir disso, temos essas diferenciações que geram tipologias de pequenas cidades. Isso ocorre até mesmo dentro da própria organização produtiva, como é o caso das pequenas cidades que fazem parte do APL moveleiro de Ubá (figura 9).

Figura 9: Indicadores socioeconômicos das pequenas cidades do APL Ubá



Fonte: IBGE Cidades. Elaboração: autora.

Ao abordar as questões produtivas, evidencia-se as diferenças entre as pequenas cidades e a capacidade de estabelecermos tipologias. Isso está relacionado à forma como o capitalismo se apropria e explora determinada cidade, como a dinâmica produtiva irá inseri-la no circuito econômico. Quando tratamos da espacialidade da pequena cidade em si, torna-se evidente características generalistas que a compõe. A presença da ruralidade em Piraúba, por exemplo, se manifesta na paisagem natural conjugada ao tecido urbano (figura 10) e os traços de ruralidade que estão imbuídos na produção do espaço urbano (figura 11).

Figura 7: Vista para parte do tecido urbano de Piraúba



Fonte: Arquivo pessoal, Ana Djéssika Vidal.

Figura 8: Pomar e criação de galinha em casa no centro de Piraúba, 2022



Fonte: Arquivo pessoal, Agda França.

Na expansão da cidade em Piraúba pode ser observado o avanço do tecido urbano sobre propriedades rurais. Como o processo de urbanização é lento, a cidade é composta, em sua zona periférica, por formas rurais de apropriação da terra. A expansão da porção leste da cidade, no bairro Granja Aurimar, evidencia essa forma de urbanização (figuras 12 e 13).

Figura 9: Bairro Granja Aurimar em 2010



Fonte: Capturada pelo Google Earth.

Figura 10: Bairro Granja Aurimar em 2020



Fonte: Capturada pelo Google Earth.

Outra característica que diz respeito às pequenas cidades é sua dependência de repasses governamentais, sendo a principal fonte de receita. Essa afirmativa se justifica, muitas das vezes, pelo baixo dinamismo econômico dessas unidades federativas. Mesmo que Piraúba tenha se especializado funcionalmente a dependência de repasses governamentais chega a 88%, segundo o IBGE, valor médio se compararmos com outras cidades do arranjo produtivo de Ubá.

A baixa receita tributária reflete nas possibilidades de investimento que as municipalidades detêm. Mesmo que a partir do processo de descentralização governamental, os investimentos no desenvolvimento municipal foram elevados, muito maior do que essas aplicações, encontram-se os gastos com a manutenção da máquina administrativa (CARVALHO, 2000).

A gestão da cidade tem como foco investimentos nas políticas de educação e saúde, não apresenta uma administração voltada ao desenvolvimento das diversas políticas setoriais. Além disso, há nessas cidades, e Piraúba não é exceção, uma governança baseada numa cultura clientelista e uma “crença generalizada entre os prefeitos de que os planos não funcionam num município pequeno” (CARVALHO, 2000, p.49).

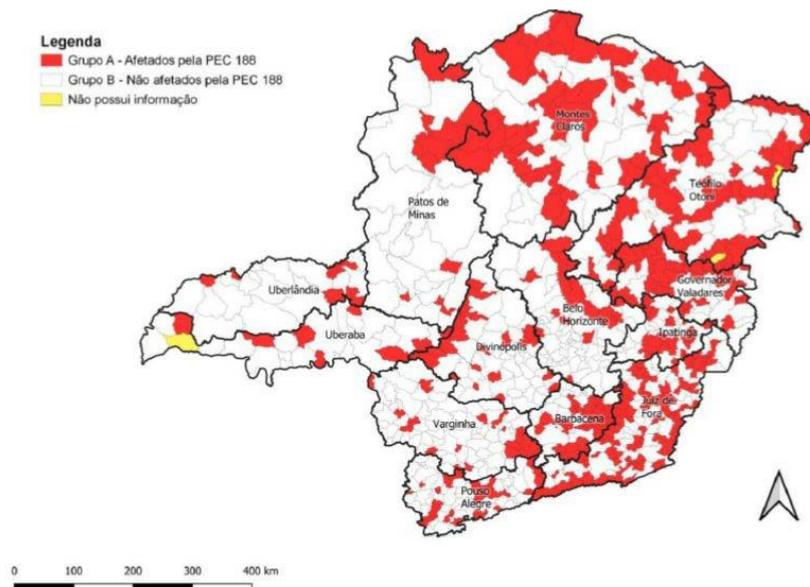
A questão financeira dos pequenos municípios é uma das falhas na gestão sobre esses territórios. Isso envolve não só um problema municipal, mas todas as esferas governamentais, em vista que foi a partir da Constituição de 1988 que a municipalização passou a vigorar, com a intenção de garantir “maior independência financeira, melhor qualidade dos serviços prestados, maior atenção ao acompanhamento e controle das ações no campo social” (CARVALHO, 2000, p.49-50).

Porém, a garantia da autonomia de pequenos municípios envolve complexidades de gestão tanto na esfera econômica, quanto na capacidade política local: nível profissional dos servidores públicos, participação popular nas decisões, aparato legislativo ineficiente, decisões tomadas com base num “personalismo gerencial” (BACELAR, 2012).

Diante dessa problemática, o governo federal, em 30 anos, se deslocou de uma política emancipacionista descentralizadora – com a Constituição de 1988 – para a proposta de extinção de pequenos municípios, tendo como justificativa a insustentabilidade econômica e o desequilíbrio nas finanças públicas, com a PEC do Pacto Federativo⁴. Em Minas Gerais, cerca de 49,9% dos municípios estariam na mira da PEC, de acordo com o informativo da Fundação João Pinheiro de 2019 (figura 14).

⁴ Um conjunto de reformas econômicas propostas por Paulo Guedes. Uma delas era a extinção de pequenos municípios compostos por até 5 mil habitantes e que não apresentem capacidade de arrecadação mínima de 10% de sua receita, até meados de 2023, esses seriam incorporados a outros municípios mais dinâmicos em janeiro de 2025 (ENDLICH & MARQUES, 2021).

Figura 11: Municípios sujeitos a extinção devido aos critérios da Proposta de Emenda Constitucional n° 188/2019 - 2017 - Minas Gerais



Fonte: INFORMATIVO FJP. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Diretoria de Estatística e Informações. Finanças públicas: Extinção de Municípios pela PEC 188/2019. Nº4. 2019.

Essa ação política vai na contramão do que se deve pensar em termos de gestão das municipalidades. Segundo Endlich & Marques (2021), faz questionar a viabilidade da capacidade de as pequenas cidades e seus municípios garantirem possibilidade de “reprodução social”, deprecia a escala local e a desvaloriza. Por mais que a maioria dos municípios brasileiros apresentem nível baixo de população, fica nítido que, mais uma vez, esses são tratados enquanto problema para o desenvolvimento econômico do país e, enquanto problema, devem ser extintos.

Dentro do APL moveleiro, apenas uma cidade apresenta dependência maior que 90%, Guidoal, e, incluída mais recentemente, Tabuleiro. O decréscimo populacional é uma realidade de ambas. Mas o que devemos refletir é, como, mesmo inseridas em um circuito produtivo de destaque, as pequenas cidades do arranjo expressam alta demanda de repasses externos? Algo que pode estar relacionado à descentralização, ou não, tanto do processo produtivo como reprodutivo (comércio, instituições de ensino, eventos e empresas que são atraídas pelo arranjo) do APL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo comprova os debates sobre como o papel das cidades, quando organizadas em redes produtivas, reverbera em sua dimensão socioeconômica, em vista de como Piraúba é interpretada não só como uma pequena cidade polarizada por centros maiores, mas que também faz parte de processos produtivos que lhe garante proeminência em relação a outras pequenas cidades de seu entorno.

Essa atribuição de papéis é resultado dos desdobramentos relativos ao desenvolvimento da região em que a cidade está inserida, principalmente derivado da

especialização produtiva promovida pelo arranjo produtivo local de Ubá e o processo de industrialização da Zona da Mata mineira. Além disso, é válido pontuar como essa região sofreu com as alterações da produção agrícola e com a falha tentativa de investimentos na área, o que teve como consequência um excedente de mão de obra barata e o redirecionamento de capital para o setor secundário e terciário.

O contexto piraubano vai de encontro ao discurso de decadência que acompanha o debate sobre as pequenas cidades brasileiras, que corrobora para que propostas como a PEC do Pacto Federativo veja na extinção de pequenos municípios uma diretriz plausível para equalizar a distribuição das receitas da União. Tal fato exime a responsabilidade do Estado em garantir o desenvolvimento de todos os seus entes federativos e reforça a centralização da gestão pública ao passo que estabelece quem faz jus aos investimentos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Aline Werneck B. de. **Impacto do processo de descentralização dos níveis governamentais pós 88 nos municípios de pequeno porte demográfico. O caso da zona da mata de Minas Gerais.** Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], n. 9, p. 36-51, 2000. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i9p36-51.

Coordenação de Geografia (org.). **Regiões de Influência das Cidades 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural.** GEOUSP. Revista da Pós-Graduação em Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, n. 30, 2011a, p. 05-12.

ENDLICH, Ângela M.; MARQUES, A. J. **RÉQUIEM PARA AS PEQUENAS LOCALIDADES? REFLEXÕES E PANORAMA DE MUNICÍPIOS DEMOGRAFICAMENTE PEQUENOS.** Caminhos de Geografia, [S. l.], v. 22, n. 82, p. 138–153, 2021. DOI: 10.14393/RCG228255825. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55825>. Acesso em: 15 fev. 2022.

INFORMATIVO FJP. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Diretoria de Estatística e Informações. **Finanças públicas: Extinção de Municípios pela PEC 188/2019.** Nº4. 2019. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=71397&codUsuario=0>. Acesso em: dez. 2020.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço.** 2014. 311 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/123288>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BACELAR, Winston K. **A análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo.** Dias PC, Santos J, organizadores. Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012.

FRESCA, Tânia Maria. **CENTROS LOCAIS E PEQUENAS CIDADES: diferenças necessárias** (local centers and small cities: differences necessary). Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75 a 81, jan. 2011. ISSN 1984-2201.

IBGE. **IBGE Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: mai. 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio de. **Unir para crescer: instituições, espaço e crescimento econômico no pólo moveleiro de Ubá, Minas Gerais.** Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14, 2011.

RODRIGUES, João Freire. **O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios.** Anál. Social, Lisboa, n. 211, p. 430-456, jun. 2014.

SOARES, Josarlete Magalhães. **Estado e planejamento regional na Zona da Mata de Minas Gerais: contribuições para a descolonização do pensamento.** In: FRIDMAN, Fania; GENNARI, Luciana; KRAUSE, Cleandro. De cidades e territórios: volume 2. Rio de Janeiro: Pod, 2019, p. 251-274.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco.** Recife, 2001.